

## À AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023**  
**(Processo Administrativo Nº 50300.012787/2022-60)**

**MOREIRA E ABREU AMBIENTES INTELIGENTES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.º 22.026.802/0001-03, com sede na Área Especial 04, Lote B, Ed. 3 Irmãos, n. 311, Guará – Brasília/DF, CEP 71.070-904, por seu representante legal, na qualidade de licitante interessada no presente certame, com fundamento na legislação vigente, vem apresentar **RECURSO**, conforme razões de fato e de Direito a seguir expostas.

### **I – SÍNTESE DOS FATOS**

1. Trata-se de licitação na modalidade Pregão do tipo “menor preço” por item, cujo objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de câmeras e equipamentos de tecnologia IP, dividido em 06 (seis) itens, sendo que especificamente dois deles receberam habilitação de licitantes que precisam ser revistas.
2. Por isso, a Recorrente se utiliza da via recursal para apresentar suas razões, por entender que a comissão incorreu em equívoco no que tange ao julgamento das propostas, que não cumprem o disposto no Edital e no Termo de Referência. Assim, considerando os fatores que serão expostos, este respeitável Órgão deve anular os atos que habilitaram as licitantes e, via de consequência, desclassificá-las.

### **II – TEMPESTIVIDADE**

1. Em conformidade com o previsto no item 11.2 do Edital, os recursos deverão ser interpostos no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação ou de lavratura da ata, após a admissão da manifestação de interesse em interpor recurso.
2. Nessa seara, considerando que a abertura do prazo recursal iniciou a contagem no dia 03.11.23, a data final para interposição do recurso é o dia 07.11.23. Portanto, o presente recurso é tempestivo e regular para o seu conhecimento e apreciação.

### **III – ITEM 1. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. REVOGAÇÃO DO ATO QUE ACEITOU A PROPOSTA DA EMPRESA ROMMA.**

1. Conforme se verifica no Termo de Julgamento, a licitante Romma Projetos foi convocada às 11:34:00 para enviar anexos para o Item 1 (proposta adequada ao

último lance ofertado, acompanhada de documentos complementares); às 14:28:29 teve sua proposta aceita e às 14:41:01 foi habilitada.

2. Contudo, conforme se verifica no sistema, o único documento apresentado pela licitante foi a proposta, não havendo registro de envio dos documentos de habilitação, nos termos do item 4.1 do Edital, que estabelece que a fase de habilitação sucederia as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3. Tais documentos são imprescindíveis para demonstrar a capacidade (jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira) do licitante de realizar o objeto da licitação, e sua exigência obedece os termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133/2021 e não podem ser dispensadas.

4. Destaca-se que não há no Termo de Julgamento qualquer registro feito pela Romma mencionando eventual dificuldade de anexar a documentação habilitatória, tampouco o pedido de envio por e-mail (que inclusive, se houvesse sido realizado, teria culminado na disponibilização dos arquivos no sistema - o que não ocorreu).

**5. Nesse sentido, a Recorrente requer seja anulado o ato que aceitou a proposta da empresa Romma Projetos Ltda., pela ausência do envio da documentação de habilitação.**

#### **IV - DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, requer-se que:

- a. Seja anulado o ato que aceitou a proposta da empresa Romma Projetos Ltda. para o Item 1, que não apresentou sua documentação de habilitação;
- b. Subsidiariamente, não sendo reconsiderada a decisão, seja feita a remessa do presente recurso à autoridade que lhe for imediatamente superior, a fim de que o aprecie, conhecendo-o e dando-lhe provimento.

Brasília/DF, 06 de novembro de 2023.

**MOREIRA E ABREU AMBIENTES INTELIGENTES LTDA.**

Renato Moreira de Abreu  
**Representante Legal**